

PLANOS NACIONAIS DE LEITURA NO BRASIL E EM PORTUGAL: ELEMENTOS PRELIMINARES

Patrícia Fernandes¹, Emília Vilarinho²

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Brasil), doutoranda em Ciências da Educação -
Universidade do Minho, patricia.fernandes@ufrb.edu.br

² Universidade do Minho / Centro de Investigação em Educação CIED (Portugal),
evilarinho@ie.uminho.pt

Resumo

A leitura é essencial para se alcançar as competências mínimas necessárias para atender as demandas do mundo atual. Associado às vantagens competitivas, a leitura tornou-se preocupação para os países se desenvolverem economicamente, e dessa forma, passa a fazer parte de políticas públicas educativas formal e não formal. Ciente da complexidade na formação de leitores, alguns Estados influenciados por organismos internacionais, direcionam esforços na implementação de Planos Nacionais de Leitura. Nesta comunicação serão apresentados dados de um projeto de investigação que tem como objetivo identificar os pontos de convergências e de divergências existentes entre o Plano Nacional do Livro e Leitura do Brasil/PNLL e Plano Nacional de Leitura de Portugal/PNL. Assim, o Plano brasileiro é orientado pelo princípio de que a leitura é um fator determinante para o desenvolvimento social, cultural e profissional, suas atividades dirigem-se principalmente a públicos que sofrem de processos de exclusão, devido à sua classe social, gênero, raça e idade. O Plano Nacional de Leitura português pretendeu criar e consolidar os hábitos de leitura, com especial atenção para o público infante-juvenil, através de projetos e ações de difusão do livro e de promoção da leitura, que cobrem todo o território português. Embora o estudo ainda esteja em processo de conclusão, é possível apresentar (provisoriamente) algumas conclusões. No plano português existem alguns indicadores de que os seus objetivos foram alcançados, uma vez que o PNL aumentou os índices de leitura, conforme apontados pelo PISA. No caso brasileiro, foi constatado até o momento, que o PNLL não conseguiu alcançar todos os estados e municípios.

Palavras-chave: políticas públicas de leitura, cidadania, educação não-formal.

Abstract

Reading is essential to achieve the minimum skills required to meet the demands of today's world. Associated with competitive advantages, reading has become concern for countries to develop economically, and thus becomes part of formal and non-formal educational policies. Aware of the complexity in the formation of readers, United influenced by international organizations, direct efforts to implement National Plans Reading. In this paper are presented data from a research project that aims to identify the points of convergences and divergences between the National Plan of the Book and Reading Brazil / PNLL and National Reading Plan of Portugal / NLP. Thus, Brazilian Plan is guided by the principle that reading is a determining factor for social, cultural and professional development, its activities are directed mainly to people suffering any kind of exclusion due to their class, gender, race, age. The National Reading Plan Portuguese aimed to create and consolidate reading habits, with special attention to children and youth through projects and activities for the dissemination of books and promoting reading, covering the entire Portuguese territory. Although the study is still in the process of completion, you can display (provisionally) some conclusions. In the Portuguese plan there are some indications that its objectives were achieved, since the PNL increased read rates, as indicated by PISA. In Brazil, it was noted to date, the PNLL failed to achieve all states and municipalities.

Keywords: public policies reading, citizenship, non-formal education.

1 INTRODUÇÃO

A leitura é essencial para se alcançar as competências mínimas necessárias para atender as demandas do mundo atual, por ser ela, uma atividade fundamental que assegura o desenvolvimento da imaginação e da criatividade humana. É também fundamental para a aprendizagem e para o conhecimento da linguagem no cultivo da capacidade de expressar as ideias e desenvolver o pensamento crítico, e “como forma de conhecimento, interpretação e compreensão do mundo e do ser humano, é imprescindível uma articulação contínua, intensa e harmoniosa” (Garcez, 2009, p. 66).

Nesta perspectiva, inferimos que, para que exista uma sociedade leitora, ou seja, uma sociedade que tenha a efetiva participação dos cidadãos no processo democrático é preciso unir conforme destaca Freire (2004) “a leitura da palavra à leitura de mundo”, pois, só através desta junção é possível as pessoas refletirem sobre a sua condição enquanto atores sociais e políticos.

Daí a necessidade do envolvimento de diferentes actores sociais, professores, bibliotecários, editores, especialistas, pesquisadores, de variados segmentos sociais, tais como a família, as escolas, associações, igrejas, meios de comunicação, entidades não governamentais e, as instituições governamentais para a socialização do acesso à leitura. Embora se reconheça o empenho na missão de formar leitores, Dias (2009, p. 14) chama atenção que, “a despeito dos bons resultados de algumas acções em torno do incentivo à leitura e ao contato com o universo dos livros, muito resta a ser feito”.

No entanto, há evidências¹ que o desenvolvimento de habilidades leitoras não correspondem com o desejado. Daí a importância em criar políticas de incentivo à leitura, atividade de alta complexidade que exige mais que do que soluções quantitativas, e os efeitos que se podem advir – desenvolvimento social, participação cidadã e formação humana – são, numericamente, incomensuráveis. Ou seja, criar bibliotecas e estimular o mercado editorial de nada adianta se não existir pessoas capazes de atender esta demanda leitora.

Nos últimos anos tanto no Brasil quanto em Portugal foram desenvolvidas políticas públicas de incentivo à leitura, a fim de, em Portugal melhorar os índices de literacias, e no Brasil de promover mudanças culturais, com o intuito de formar uma sociedade mais crítica, consciente de seus direitos e deveres, para uma efetiva participação cidadã. Em ambos os casos procurou a partir de políticas públicas de estímulo à leitura melhorar o desempenho dos leitores através dos planos nacionais de leitura.

Embora se trate de dois países distantes geograficamente eles se solidarizam pelos vínculos culturais, histórico, econômico e político, em destaque a ligação direta exercida por Portugal no que se refere a formação do povo brasileiro. Assim, este estudo se apoia na questão de partida das semelhanças entre as estratégias desenvolvidas para a implementação das políticas públicas de estímulo à leitura, e, conseqüentemente para a formação de uma sociedade leitora.

Esta investigação têm como propósito identificar e analisar as semelhanças e as diferenças entre o PNLL e o PNL nomeadamente ao nível da sua formulação política, governança e resultados e identificar o papel de organizações internacionais no processo de produção das políticas públicas de leitura.

De natureza qualitativa, esta investigação assume-me como um estudo de casos e privilegia a análise documental e a entrevista semiestruturada como instrumentos de recolha de dados. O uso da entrevista justifica-se para dar voz aos actores considerados significativos e porque os dados por ela fornecidos são sucessíveis de classificação, informação imprescindível para a disposição dos resultados.

Foram entrevistados no Brasil 7 coordenadores e 3 profissionais (bibliotecários) que desenvolvem as atividades, em Portugal foram 2 coordenadores e 7 profissionais entrevistados, sendo 3 bibliotecários e 3 professores-bibliotecários e 1 professor, que no momento assumia a direção da escola.

¹ Testes de avaliação nacional e internacional.

2 INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS E LOCAIS NAS POLÍTICAS DE LEITURA

Na atualidade, vem sendo cada vez mais comum os países aderirem mesmo de forma não oficial a um novo modelo de governação, que segundo Costa (2011) “o Estado é tão só um actor a mais, e não apenas único, a projetar e dar forma à política educativa” denominada de ‘governança’, a qual apresenta em sua estrutura de governo a não linearidade, ou seja, não há uma estrutura hierarquizada, cujos atores não pertencem aquele país, mas tem grande influência na implementação de políticas públicas e de regulação das mesmas.

Para Antunes (2007) os modelos, as orientações, os programas tomam forma e emanam de organizações internacionais e por sua vez, as ações públicas e coletivas ganham força através de movimentos, alianças, campanhas que envolvem as opiniões públicas e populações de âmbito global, onde a sociedade contemporânea se encontra envolvida no processo de globalização.

Para Charlot (2007), a globalização, trouxe de fato benefícios para alguns países, mas não correspondeu aos países mais pobres e às vezes, prejudicou-os. Por conseguinte, a globalização é entendida, segundo Giddens (1991) como sendo a intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilômetros de distância e vice-versa. Nesta perspectiva Antunes (2005) chama atenção para a globalização e a europeização, ao afirmar que a União Europeia tende a ampliar e aprofundar a sua capacidade de atuação e influência, redesenhando as fronteiras da sua ação em termos quer de áreas políticas quer de limites territoriais.

Destarte os estudos publicados das organizações internacionais são decisivos na normalização de políticas educativas nacionais, determinando uma agenda que especifica as prioridades e o modo como os problemas devem ser solucionados.

Importante destacar as semelhanças dos nomes e objetivos dos dois planos de promoção à leitura desenvolvida no Brasil – Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) e em Portugal – Plano Nacional de Leitura (PNL), o que remete a um questionamento de Lima (2011):

mas, por outro lado, como seria possível, hoje, estudar as políticas educacionais de um país, região ou estado, ou mesmo município, sem considerar a influência de orientações políticas de circulação internacional, os grandes consensos estabelecidos, o senso comum educacional e os conceitos da moda, quase universalmente disseminados, a doxa promovida e partilhada através dos grandes meios de comunicação social? (Lima, 2011, p. 5).

Ora, ao considerar que embora o Brasil não pertença geograficamente ao mesmo continente que Portugal, tampouco, não pertença à União Europeia há exigências que independe da vontade do Estado, pois ainda segundo Lima (2011, p. 2) a centralidade de organizações como a OCDE, a UNESCO, a União Europeia, o Banco Mundial, a par da influência exercida por poderosos *think tanks* à escala global, remeteu o Estado-nação e aos seus respectivos governos para uma postura nova e também complexa, pois tem como objetivo determinar adesão política, tanto de subordinação econômica quanto institucional aos Estados e governos democráticos para integrarem às dinâmicas transnacionais e supranacionais que os convencem, por vezes até através de tratados, convênios e acordos, à adoção de medidas de política educacional.

Além das influências internacionais sofridas pelo Estado no que se refere a conduzir suas políticas educativas, apresentadas anteriormente, há de se apontar as das influências locais, muitas vezes exercidas pelos sindicatos, partidos, coletivos sociais, organizações não governamentais – ONGs, dentre outras forças que impulsionam as decisões políticas. Estas, para serem compreendidas, é necessário entender a relação entre a sociedade civil e o Estado, para a consolidação da democracia bem como compreender as determinações globais e as particularidades locais que incidem na implementação das políticas educativas. Logo, as políticas públicas refletem as relações de poder e os conflitos existentes na sua definição, como também a própria representação que a sociedade apresenta no contexto histórico a que estas surgem. (Santos, 2012, p. 12).

Portanto, as arenas de conflitos e de reivindicações vão se modificando à proporção que a sociedade também nomeia as suas representações de interesses. Nesta perspectiva Scherer-Warren (2006, p.10),

esclarece que “a sociedade civil está preferencialmente relacionada à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organização em torno de interesses públicos e valores, incluindo-se o de gratuidade/altruísmo”, haja vista, o conceito de cidadania não permanecer inalterado na história tampouco na sociedade².

Desta forma, compreender a política pública exige entender sua esfera específica no que se refere a identificação do projeto social do Estado e as contradições gerais no contexto histórico em que determinada política se apresenta e como a sociedade vai se posicionar perante o Estado e se mobilizar para reivindicar os seus interesses. Assim, Scherer-Warren (2006, p. 110) enfatiza que a “sociedade civil nunca será isenta de relações de conflitos de poder e políticas diversificadas e antagônicas”. Essa relação implica todo contexto histórico da própria formação social e da “influência que exerce sobre as políticas educacionais de cada época” (Santos, 2012, p.01), pois, a sociedade civil representa os variados níveis em que os valores e os interesses da cidadania se apresentam em cada sociedade para “o encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas” (Scherer-Warren, 2006, p.110).

Todavia a sociedade civil abrange formas sociais diversas, que vão desde grupos que se reúnem a fim e reivindicar benefícios para seus membros até de grupos mais preocupados em conquistas que impliquem em mudanças estruturais da sociedade. (Baião et al., 2015). Assim, os movimentos sociais culminam no exercício de cidadania, uma vez que se reivindicam direitos e deveres haja vista a “responsabilização dos cidadãos em arenas públicas” (Gohn, 2004, p.22), através da participação nas políticas sociais.

3 PLANOS NACIONAIS DE LEITURA NO BRASIL/PNLL E EM PORTUGAL/PNL

Ao se falar em leitura, temos também que falar de leitores, de livros, de acervos, de bibliotecas, de literatura e principalmente do acesso, o que implica falarmos de cidadania, ou seja, a plena prática que o indivíduo faz dos seus direitos e deveres políticos e civis. Assim, em 2006 é lançado o Plano Nacional do Livro e Leitura, que tem como objetivo principal transformar o Brasil num país de leitores. Pensado em proporcionar o aprendizado da leitura e da escrita tanto pela via escolar, a partir da distribuição de materiais didáticos quanto em disponibilizar instrumentos para a prática social. Para atender esta visão de leitura em sentido amplo, são requeridos dezoito objetivos para serem alcançados no curto, médio e longo prazo.

Tabela 1. **Objetivos do PNLL**

Formar leitores com vistas a aumentar o índice nacional de leitura em todas as faixas etárias e do nível qualitativo das leituras realizadas.	Identificação e cadastro contínuos dos pontos de venda de livros e outros materiais impressos não periódicos
Formação, qualificação e modernização de acervos, equipamentos e instalação de bibliotecas de acesso público em todo o território brasileiro	Elevação significativa do índice de empréstimos de livro e biblioteca (sobre o total de livros lidos no país);
Estimular a formação de agentes e mediadores de leitura	Aumento no número de títulos editados e exemplares impressos no país
Incentivar programas de bolsas de criação, formação, intercâmbio, pesquisa e residências literárias;	Elevação do número de livrarias
Realização bial de pesquisa nacional sobre leitura	Aumento de exportação de livros; expansão do número de autores brasileiros traduzidos no exterior
Implementação e fomento de núcleos voltados a pesquisas, estudos e indicadores nas áreas da leitura e do livro em universidades e outros centros;	Aumento do índice per capita de livros não didáticos adquiridos, ampliação do índice de pessoas acima de 14 anos, com hábito de leitura e que possuam ao menos dez livros em casa;

² Cabral (2003) a enfatizar que há três tipos ou categorias de cidadania, a saber a cidadania civil – a qual refere-se a liberdade natural; a cidadania social – corresponde a igualdade democrática; e por fim a cidadania política que diz respeito a igualdade liberal, assim para efeito desse estudo, entenderemos como cidadania como o conjunto dos direitos e deveres civis, sociais e políticos.

Concessão de prêmio anual de reconhecimento a projetos e ações de fomento e estímulo às práticas sociais de leitura;	Estimular continuamente a criação de planos estaduais e municipais de leitura;
Expansão permanente do número de salas de leitura e ambientes diversificados voltados à leitura;	Apoiar o debate e a utilização de <i>copyrights</i> não restritivos (<i>copyleft</i> ³ e <i>creative commons</i> ⁴), equilibrando o direito de autor com direitos de acesso à cultura escrita;
Identificação e cadastro contínuos das ações de fomento à leitura em curso no país	Assegurar o acesso a pessoas com deficiências, conforme determinações da legislação brasileira e dos imperativos conceituais e objetivos expressos no amplo direito à leitura para todos os brasileiros contidos nesse plano.

Fonte: Adaptado de Marques Neto (2010)

Este Plano adotou eixos de ação, onde os objetivos acima apresentados se encontram distribuídos. Esses eixos servem como uma espécie de baliza para que as mais variadas instituições e entidades da sociedade planejem e implementem suas ações, concentrando o foco nas prioridades do setor e não dispersando recursos de qualquer natureza” (Marques Neto, 2010, p. 51). Desta forma, foram instituídos quatro eixos de ação, com vista a objetivar a Democratização do acesso; Fomento à leitura e à formação de mediadores, Valorização da leitura e da comunicação e Desenvolvimento da economia do livro.

Com base no que foi apresentado nos quatro eixos de ação, pode-se inferir que o PNLL, teve a preocupação em envolver todos os fatores que implicam na questão da leitura, do livro, do leitor e da literatura dando atenção a todas as transversalidades que o tema exige.

O Plano Nacional de Leitura de Portugal, surge no contexto de grandes transformações políticas, sociais, econômicas e científicas. A leitura é requerida como um valor absoluto para qualquer sociedade, onde a competência funcional da leitura possibilita a aprendizagem de todos os demais conhecimentos, os quais são apontados como condições para o sucesso acadêmico, profissional e social do indivíduo.

Nos países da União Europeia, a promoção da leitura tem assumido significativa relevância, que de acordo Ferreira (2009), muitas políticas têm vindo a generalizar-se em diversos países, reconhecendo a importância das competências da leitura para o desenvolvimento de cidadãos de pleno direito em sociedades democráticas.

Contudo, as realidades são distintas entre os países europeus o que leva cada país a apresentar os seus próprios projectos, planos, programas, ações e eventos, com objectivos distintos, desta forma, cada país atua de acordo com as necessidades da sua população. (Ferreira, 2009). No entanto, existem aspectos parecidos entre os planos de leitura dos países pertencentes a OCDE, conforme apontam (Neves, Lima e Borges, 2007, p. 70) “a concepção e divulgação de listas de obras recomendadas, a promoção de concursos, semanas da leitura e passatempos, a promoção de sites na internet, o apoio às bibliotecas escolares”.

Neste aspecto, Portugal com base em Estudo Nacional de Literacia⁵ (1996) e internacionais (ex. PISA⁶ 2000, IALS⁷ 1998) se localizava numa situação de desvantagem em literacia em relação aos demais países europeus, conforme destaca Grancho (2013, p. 11), “há pouco mais de uma década, os vários estudos

³ Licença previamente dada pelo autor que abre a possibilidade de modificar, usar e distribuir determinada obra usando a legislação dos direitos autorais para tirar as barreiras de uso impostas.

⁴ É uma organização não governamental e sem fins lucrativos que visa o acesso livre a conteúdos que eram limitados pelos direitos autorais (copyright), gerando licenças gerais que permitem o uso e compartilhamento do conteúdo de maneira livre – mas dentro dos limites das licenças que são negociados com seus autores.

⁵ Benavente, Ana (coord.) (1996) A Literacia em Portugal. Resultados de uma pesquisa Extensiva e Monográfica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

⁶ *Programme International for Student Assessment*, cujo objetivo é obter informações comparáveis sobre os resultados alcançados por estudantes de 15 anos de idade e assim produzir indicadores que possam vir a contribuir para a melhoria da educação dos países que fazem parte da OCDE.

⁷ *International Adult Literacy Survey* [Pesquisa Internacional de Alfabetização de Adultos]

nacionais e internacionais tornaram evidentes os baixos níveis de literacia dos jovens portugueses, designadamente em leitura, situando-os num patamar significativamente inferior à média europeia.”

O Plano Nacional de Leitura surge com a missão de elevar o índice de literacia dos portugueses, conforme destaca Costa *et al* (2011, p. 17) “o PNL nasceu do reconhecimento, pelos decisores políticos, em implementar políticas que busquem aumentar o índice de literacia da população portuguesa, haja vista, as estatísticas apontarem um retrato confrangedor no que se refere aos altos níveis de iliteracia e a falta de interesse dos portugueses pela leitura, o que, segundo Rodrigues (2014, p. 15) “são em regra justificados pela tardia universalização da escolaridade da população e pelas taxas de escolarização cronicamente baixas”. O PNL abrange locais diversificados como escolas, bibliotecas, centros de saúde, autarquias e o ambiente familiar, além de abrigar diversos projetos com variedades de actividades a fim de aproximar o público-alvo aos diversos suportes de leitura, criando o gosto de ler, de modo a formar leitores efectivos, diminuindo assim os níveis de iliteracia a longo prazo.

O Plano apresenta uma estratégia faseada, a fim de abranger os diferentes sectores da população, assim para cada fase de cinco anos é estabelecido o público a quem será destinado às acções. Essas fases são estabelecidas através de estudos tecnicamente fundamentados capazes de permitir a operacionalização das metas, além de possibilitar a criação de instrumentos de avaliação, o monitoramento dos programas e também a avaliação da eficácia de cada acção.

Desta forma, o PNL é lançado alicerçado nos seguintes objetivos norteadores para a formação de uma sociedade portuguesa alfabetizada e emancipada:

Tabela 2. Objetivos do PNL

Promover a leitura como fator de desenvolvimento individual e de progresso coletivo.
Criar um ambiente social favorável à leitura
Criar instrumentos que permitam definir metas para o desenvolvimento da leitura
Enriquecer as competências dos actores sociais
Consolidar e ampliar o papel da Rede de Bibliotecas públicas e da Rede de Bibliotecas Escolares no desenvolvimento de hábitos de leitura
Atingir resultados gradualmente mais favoráveis em estudos nacionais e internacionais

Fonte: Adaptado de Marques Neto (2010)

A fim de alcançar os objetivos, o Plano apresenta quatro programas centrais ou nucleares, a saber: i) Promoção da leitura diária a partir dos Jardins-de-infância e nas escolas de primeiro e segundo ciclos nas salas de aula; ii) Promoção da leitura no contexto familiar; iii) Promoção da leitura em bibliotecas públicas e noutros ambientes sociais, e iv) Lançamento de campanhas que busquem sensibilizar a opinião pública, de programas de informação e de recreação voltados para o livro e a leitura por meio dos órgãos de comunicação social

Assim, constitui-se ser de grande importância a participação de toda a sociedade como um espaço educativo, haja vista, a necessidade em formar leitores, tendo em consideração o avanço tecnológico e os novos desafios a que a sociedade actual está submetida diariamente. (Ferreira, 2009).

Desta forma, foram criados projetos de âmbito e duração diversificados dirigidos aos mais variados contextos sociais, em destaque os desenvolvidos pelas bibliotecas públicas e outros parceiros. (Rodrigues, 2014).

É perceptível a importância que a leitura ocupa na sociedade em Portugal e o esforço em transformar o país numa nação que compreende a leitura na perspectiva formativa e reflexiva, o que evidencia o esforço do governo em implementar políticas públicas de promoção a leitura.

3.1 Pontos de semelhanças e diferenças entre o PNLL e o PNL

Neste estudo de investigação científica, buscou apresentar um panorama a respeito das Políticas Públicas de Leitura, nomeadamente os Planos Nacionais de Leitura no Brasil – PNLL e em Portugal – PNL.

Ao investigar esses Planos, procurou-se focar as políticas de leitura numa dimensão social nas perspectivas da educação e da cultura.

Na análise das semelhanças e diferenças entre o PNLL e o PNL, nomeadamente ao nível da sua formulação política, governança e resultados, foi possível verificar que os planos se inserem no contexto da chamada *Sociedades da Informação*, onde a leitura surge como condição imprescindível para o desenvolvimento humano, social e económico de um país, desta forma, a leitura é colocada como elemento estratégico e começa a fazer parte de iniciativas políticas com vistas a atender às novas demandas do mundo globalizado.

3.1.1 Semelhanças entre os Planos

A Influência de Organismos Internacionais

Pela investigação realizada é possível adiantar que em ambos os países se observa a influência de Organizações Internacionais.

O Plano português teve influência da OCDE através do Programa para Avaliação Internacional de Estudantes (PISA). A afirmação do coordenador nacional do PNL, em exercício no momento da realização desta investigação, confirma esta influência:

Foram os baixos índices de leitura em Portugal, nós começamos a participar de uns testes internacionais e nossa posição estava muito abaixo, e, portanto, o governo a altura, as políticas decidiram que era muito importante, a constituição (...) do plano nacional de leitura em Portugal. (Coordenador português 2).

No Brasil a influência foi feita pela OEI⁸, a UNESCO⁹ e o CERLALC¹⁰, de acordo dados coletados nas entrevistas aos seus coordenadores nacionais

“Foi assim que começou uma coisa muito coletiva que veio de uma entidade internacional, de colaboração internacional com UNESCO, contou com outras entidades de colaboração internacional”. (Coordenador brasileiro 1)

“O CERLALC, naquele momento, ele vinha trabalhando pra estimular que os países da Ibero-América percebessem a necessidade de construir políticas públicas, então foi, juntou-se a uma série de fatores que acabaram levando a isso”. (Coordenador brasileiro 2)

“(…) esses três organismos internacionais OEI, UNESCO e CERLALC da área de educação e cultura e leitura sim, eles tiveram uma presença mais intensa”. (Coordenador brasileiro 2)

⁸ Organização dos Estados Ibero-americanos

⁹ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

¹⁰ Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe

Limitações nos recursos financeiros e humanos

Nos países em estudo, um dos grandes problemas para a operacionalização dos seus Planos, teve que ver com os constrangimentos de ordem financeira e de recursos humanos.

Este problema foi apontado **por** entrevistados dos dois planos tanto no que se refere ao orçamento quanto de pessoal para trabalhar nas ações, de acordo exposto a baixo:

(...) o grande constrangimento é só em termos financeiro. As maiores dificuldades são as financeiras. Nosso orçamento é bastante limitado. (Profissional português1)

Hoje devido ao corte de funcionário a biblioteca não abre as sextas a tarde e já tenho recebido algumas reclamações. (Profissional português 3)

(...) porque é muita coisa na mão de três pessoas basicamente (...) são poucas pessoas pra fazer, pra pensar em tudo, é muito complicado. (Profissional brasileiro1)

Finalidades entre os planos

Ambos os países objetivam com seus Planos de leitura a formação de uma sociedade leitora:

“(...) Foi aumentar os níveis de interesse da população portuguesa”. (Coordenador português 2).

“(...) investir na formação de leitores e insistir nessa formação”. (Coordenador brasileiro 6).

Valores simbólicos referentes à leitura

A relação estabelecida entre o sucesso acadêmico e a leitura é confirmado pelos entrevistados, bem como a relação entre leitura e a cultura

“(...) posso dizer é que tenho certeza absoluta que aqueles meninos que lerem mais terão sempre os melhores resultados, isso, seguramente”. (Profissional português 5)

“(...) a leitura tem uma ligação fundamental do que você chama aqui de sucesso educativo”. (Coordenador brasileiro 6)

“(...) o plano deu a leitura um valor social que não existia em Portugal”. (Coordenador português 2).

“(...) nós temos a plena convicção de que formar leitores devia ser a principal e primeira estratégia de todas as ações da cultura e educação, ela é a chave realmente de todos os outros direitos então”. (Coordenador brasileiro 1)

Tipos de entidades parceiras (públicas, terceiro sector e privada)

Foi identificado a presença de parcerias nos dois Planos investigados, tanto da iniciativa pública, como do terceiro setor da iniciativa privada

“A biblioteca municipal em parceria com as bibliotecas escolares”. (Profissional português 2).

“(...) além obviamente de entidades do Terceiro sector que fomentam atividades de leitura há muitas em relação a isso, grandes entidades, pequenas entidades, entidades de nível nacional, entidades de nível local das cidades. É um amplo aspecto de interlocutores que nós temos que a gente sempre procura fomentar isso da melhor maneira possível, procurando

adequar programas e ações incentivados e dirigidos a cada um desses atores”. (Coordenador brasileiro1).

(...) “representantes dos livreiros (...) Câmara Brasileira do Livro e da Leitura, chama Brasileira mas, é aqui do Distrito Federal”. (Coordenador brasileiro 6)

3.1.2 Diferenças entre os Planos

Em Portugal, o Plano é preferencialmente direcionado para a população escolar, com ênfase para as bibliotecas escolares, as quais, constituem como recurso básico do processo educativo. Enquanto que no Brasil o PNLL é direcionado para toda a população.

“(...) os agentes diretos interventores do programa nacional de leitura, são as escolas e bibliotecas escolares”. (Profissional português 1)

“É a população brasileira, não existe destinatário maior, é o leitor e principalmente o não leitor, aqueles que precisam ser induzidos para se tornar um leitor e um leitor pleno, esse é o nosso destinatário, é o único foco, o leitor”. (Coordenador brasileiro 1)

O período de vigência

O Plano português foi desenvolvido, instituído para ser executado no prazo de dez anos, enquanto que o Plano do Brasil não há data de término, haja vista a própria complexidade do plano brasileiro

(...) o plano foi criado em dois mil e seis, portanto, teoricamente seria para durar durante dez anos... portanto em dois mil e dezesseis (...) o governo que estiver terá que decidir qual será o futuro do plano”. (Coordenador português 1).

Os eixos das bases do Plano Nacional do Livro e Leitura, este é um movimento ininterrupto que seguramente nem mesmo tendo quando todos os municípios brasileiros tiverem seus planos municipais ele não pode parar, o plano como a gente já conversou inclusive ele é algo dinâmico, não é um texto, não é um programa que você tem prazo pré- estabelecido, estipulado”. (Coordenador brasileiro 1).

Avaliação

Apesar de estar presente no desenho dos dois Planos, a avaliação das ações dos mesmos, na prática a experiência dos dois países releva diferenças de atuação O Plano português é periodicamente avaliado enquanto que o brasileiro ainda não foi avaliado, embora esteja registrado nos princípios norteadores do PNLL

É... normalmente é feito uma avaliação durante os primeiros cinco anos, foi anual, depois ainda fizemos mais um ano e agora vamos fazer uma avaliação dos últimos cinco, dos últimos quatro... melhor, vai ser feito uma avaliação é para o ano que vem, dois mil e dezesseis” (Coordenador português1)

Nós não temos ainda, então acho que esse é o principal desafio. (Coordenador brasileiro 2).

Percepção do conceito de plano

De acordo os dados coletados através das falas dos entrevistados no Brasil e em Portugal, somados a literatura consultada para o desenvolvimento deste estudo, identificou-se uma diferença a cerca o entendimento do termo plano.

“(…) nós confundimos o plano e a sua concepção a sua doutrina de construção de um país de leitura, os seus objetivos com um órgão executor, um órgão que vai pelo Estado... agir como programa, projeto e ações, nós entendemos que essa incumbência, digamos assim, produtiva e operacional é cargo dos ministérios... Ah sim, sim... repito como quase um mantra, o plano é um plano, não é um programa, não é um projeto, uma ação (...) ele por outro lado, ele é o indutor, ele é o vigilante daquelas normas, é aquele que está sempre atento para que os ministérios cumpram e não saiam daquilo... de uma sociedade civil”. (Coordenador brasileiro1).

“O programa já está a chegar no final esse será o decimo ano de implementação e no fim do ano finda o tempo de vida do programa, considero que foi de mais valia foi necessário conforme se sabe e os resultados foram bastante positivo nós subimos no ranking por exemplo, do estudo PISA e deve-se muito a esta ação do Ministério da Educação”. (Profissional português1)

4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Neste estudo de investigação científica, buscou apresentar um panorama a respeito das Políticas Públicas de Leitura, nomeadamente os Planos Nacionais de Leitura no Brasil – PNLL e em Portugal – PNL.

Dentro dessa perspectiva, o Plano Nacional de Leitura envolveu todo o território nacional, delimitou seu público alvo, identificou-os e localizou-os e a partir daí traçou as ações de leitura.

Ademais, a forma como foi formulado o PNL – no que se refere seus objetivos, público identificado, ações estabelecidas e profissionais e instituições envolvidos para o desenvolvimento do plano -, assegurou o êxito do plano haja vista, que ele foi criado para dar uma resposta às baixas notas obtidas pelo país na avaliação do PISA e conseguiu melhorar a sua pontuação/localização no ranking deste programa, pese embora o PNL, não ser o único factor desta melhoria. Se em 2000, Portugal obteve a média 403, em 2012 ficou com 488, e dessa forma se aproximou mais da média estabelecida pela OCDE.

Tal desempenho deve-se também aos esforços de todos os envolvidos, desde o governo que formulou, implementou e submete à avaliação o plano, aos demais profissionais, professores, bibliotecários, professores bibliotecários, diretores, alunos e pais que implementam as suas ações.

Portanto, podemos concluir que em Portugal estabeleceu-se uma rede onde os nós relacionam-se com as instituições tradicionalmente responsáveis pela gestão, disseminação da informação e do estímulo à leitura e o conhecimentos além dos nós que interligam profissionais e práticas que possibilitam a efetivação de ambientes e indivíduos a desenvolverem o interesse à leitura.

No caso brasileiro, deve-se levar em consideração que o PNLL tem como foco toda a população, mas as pessoas que deveriam ser privilegiadas nas políticas públicas de leitura acabaram ficando dispersa, o que comprometeu o êxito do plano no Brasil. Além disso, nem todos os estados e municípios brasileiros implantaram seus respectivos planos.

Ainda, segundo o estudo, o Brasil possui uma política que atende aos anseios no mercado livreiro, haja vista a criação do próprio Plano ter seguido as orientações do CERLALC, e também possui o maior programa de distribuição de livros didáticos do mundo, no entanto obtêm posições desfavoráveis em avaliações nacionais e internacionais de seus alunos.

REFERÊNCIAS

- Antunes, F. (2005) Dimensões Europeias da Educação: sentidos, perplexidades e desafios. In *Atas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia*. Ed. Centro de Investigação em Educação (CIED), Universidade do Minho (pp. 1343-1359).
- Antunes, F. (2007). A nova ordem educativa mundial e a União Europeia: a formação de professores dos princípios comuns ao ângulo português. *Perspectiva*, 25(2), pp. 425-468.
- Baião, Alexandre Lima, Peci, Alketa, & Costa, Caio César de Medeiros. (2015). Parcerias Entre Estado e Sociedade Civil na Perspectiva do Capital Social. *Organizações & Sociedade*, 22(74), 345-365. Acedido em Janeiro 09, 2016, em <https://dx.doi.org/10.1590/1984-9230743>
- Cabral, Manuel Villaverde. (2003). O exercício da cidadania política em perspectiva histórica (Portugal e Brasil). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51), pp. 31-60. Acedido em Janeiro 21, 2016, em, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100005&lng=en&lng=pt.
- Charlot, B. (2007). Educação e globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. *Sísifo: revista de ciências da educação da Universidade de Lisboa*, n. 4, pp.129-136.
- Costa, E. (2009). O “Programme for International Student Assessment” (PISA) como instrumento de regulação das políticas educativas. Tese de doutoramento. Lisboa: Instituto da Educação da Universidade de Lisboa. Acedido em Julho 04, 2014 em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3002>.
- Costa, F. C. (Coord.), Coelho, A. R., Ávila, P. & Pegado, E. (2011). *Avaliação do Plano Nacional de Leitura: Os primeiros cinco anos*. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa.
- Ferreira, S. C. T. (2009). *O Plano Nacional de Leitura e a Promoção de Hábitos de Leitura nas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico: Um Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências da Educação e do Patrimônio. **Porto**: Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- Freire, P. (2009). *A importância do ato de ler: Em três artigos que se completam*. (50ª Ed.) São Paulo: Cortez. (Coleção questões da nossa época; 13).
- Garcez, L. H. (2009). A construção social da leitura. In Programa Nacional de Incentivo a Leitura. *Cursos da Casa da Leitura*, 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. pp. 65-77.
- Giddens, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- Gohn, M. G. M. (2004). Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, 13(2), pp. 20-31. Acedido em novembro 21, 2015 em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902004000200003>
- Grancho, J. (2013). Mensagem do senhor Secretário de Estado do ensino básico e secundário. In *Ler + Plano Nacional de Leitura: Relatório de atividades 2012 – 2013* (2ª fase – 2º ano), Lisboa: Ministério da Educação, Portugal.
- Lima, L. C. (2011). Políticas educacionais, organização escolar e trabalho dos professores. *Educação: Teoria e Prática*, 11 (28), pp. 1-18.
- Marques Neto, J. C. (Org.). (2010). *PNLL: Textos e história*. São Paulo: CulturaAcadêmica Editora.
- Neves, J. S., Lima, M. J. & Borges, V. (2007). *Práticas de promoção da leitura nos países da OCDE*. Portugal: Gabinete de estatística e Planeamento da Educação. Ministério da Educação.
- Rodrigues, M. L. (Org.). (2014). *40 anos de políticas de educação em Portugal: volume II conhecimento, atores e recursos*. Coimbra, Almedina.

Santos, A. P. (2012). Do falecido INL ao nascimento do PNLL, finalidades semelhantes, resultados iguais? *XVIII Congresso de Leitura do Brasil*. Campinas, SP: FE/UNICAMP: ALB. Acedido em maio 4, 2015, em <http://alb.com.br/sites/default/files/18-cole-caderno-de-resumos-final.pdf>.pp. 321-322.

Scherer-Warren, I. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília. 21(1), pp. 109-130. Acedido em Janeiro 09, 2016 em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16s0/a04v16s0.pdf>.

ORGANIZAÇÃO



ATAS
XIII Congresso SPCE
Fronteiras, diálogos e transições na educação

COORDENAÇÃO

Cristina Azevedo Gomes
Maria Figueiredo
Henrique Ramalho
João Rocha

ISBN

978-989-96261-6-4

DATA

Dezembro, 2016

LOCAL DE EDIÇÃO

Escola Superior de Educação de Viseu

DESIGN

2 Play+

COMISSÃO ORGANIZADORA

COMISSÃO CIENTÍFICA